



Câmara Municipal
de Oeiras

----- **ACTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 4 DE OUTUBRO DE 2011** -----

----- **ACTA NÚMERO VINTE / DOIS MIL E ONZE** -----

----- Aos quatro dias do mês de Outubro do ano de dois mil e onze, nesta Vila de Oeiras, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu extraordinária e devidamente convocada para o efeito, a Câmara Municipal de Oeiras, sob a Presidência do Senhor Presidente Doutor Isaltino Afonso Morais estando presentes os Senhores Vice-Presidente Doutor Paulo César Sanches Casinhas da Silva Vistas e Vereadores Doutora Anabela Damásio Caetano Pedroso, Ricardo Lino Carvalho Rodrigues, Doutora Maria Madalena Pereira da Silva Castro, Professora Doutora Luísa Maria Gentil Ferreira Carrilho, Engenheiro Jorge Manuel Quintela de Brito Jacob, em substituição do Doutor Marcos de Cunha e Lorena Perestrello de Vasconcellos, Engenheiro António Ricardo Henriques da Costa Barros, Ricardo Júlio de Jesus Pinho e Engenheiro Amílcar José da Silva Campos.-----

----- Faltou a Senhora Vereadora Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues Oliveira, tendo a Câmara considerado justificada a respectiva falta. -----

1 - ABERTURA E ORDEM DE TRABALHOS: -----

----- Às quinze horas e vinte e cinco minutos, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião e submeteu à votação a respectiva ordem de trabalhos que foi aprovada por unanimidade dos presentes. -----

2 - RENÚNCIA DE MANDATO DO SR. VEREADOR CARLOS OLIVEIRA:-----

----- A Câmara tomou conhecimento da seguinte carta enviada pelo Senhor Vereador Carlos Alberto Monteiro Rodrigues de Oliveira, com base no preceituado nos pontos um, dois e sete, do artigo septuagésimo sexto, da Lei número cento e sessenta e nove, de noventa e nove, com as alterações introduzidas pela Lei número cinco-A, de dois mil e dois, de onze de Janeiro: -

----- “Excelentíssimo Senhor Presidente: -----

----- Nos termos do artigo septuagésimo sexto, da LAL, informo Vossa Excelência que

renuncio ao mandato de vereador dessa Câmara Municipal. -----

-----Esta renúncia deve-se a razões de ordem profissional e pessoal. -----

-----Quero, no entanto, deixar expresso, por um lado, o enorme prazer que tive em servir enquanto autarca local, bem como o facto de sair de consciência tranquila que tudo fiz para cumprir o desígnio para o qual fui directamente eleito, quer neste mandato, quer no imediatamente anterior onde desempenhei idênticas funções. -----

-----Com efeito quando conseguimos colocar, estritamente, o melhor da nossa capacidade de trabalho, ao serviço do interesse público, produz-se verdadeira política ao serviço da cidadania. Foi com esta consciência que pautei a minha actuação, sem para tal ter sido restringido na minha liberdade de actuação, mas obviamente sempre nos termos da candidatura e programas do PS pelo qual concorri e fui eleito. -----

-----O poder local é uma das grandes conquistas do Vinte e Cinco de Abril, senão a mais relevante, porque proporcionou uma aproximação do poder aos espaços geográficos mais próximos dos cidadãos e fez chegar o desenvolvimento e progresso, nunca até então vivenciados, mesmo que, algumas vezes ofuscado por actuações fora do contexto da parte de alguns eleitos locais. Na realidade a evolução, na qualidade de vida das populações está à vista e é mensurável e não pode ser travada pelos tempos de dúvida e incerteza reinantes. Este é um combate em que, aqueles que acreditam na verdadeira democracia, não podem deixar de travar. -----

-----Mesmo saindo nesta altura, não deixo, porque em consciência não posso, de manter a cidadania activa, muito em especial no Município que escolhi para viver com a minha família, e do qual tenho o maior e reiterado orgulho. -----

-----Apesar de ser da praxe, é de forma convicta que manifesto o meu reconhecido agradecimento aos membros dos diversos Órgãos Autárquicos, a saber, a Câmara Municipal e a Assembleia Municipal, a cujos membros enfatizo os votos de agradecimento pela sua colaboração e incentivo-os a que continuem a laborar no exclusivo interesse dos munícipes. -----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- Solicito igualmente que o Senhor Presidente faça chegar este ofício aos órgãos sociais das empresas do SEL, a quem endereço também votos de sucesso no desempenho das suas funções. -----

----- Como tenho expressado por diversas vezes o melhor que encontrei nesta Câmara Municipal foram os seus dirigentes e funcionários, que de uma maneira maioritária, se destacam como grandes profissionais e dos quais não me esquecerei, a experiência de trabalho com eles foi inolvidável, diria até que única nos já bastantes anos de carreira profissional. Bem Hajam! Eu conto convosco para termos cada vez uma Oeiras mais próspera!-----

----- Não poderia deixar de, igualmente, agradecer ao Senhor Presidente Câmara quer a forma como me recebeu em dois mil e cinco, bem como a forma como respeitou o confronto de ideias, assim como o desenvolvimento do trabalho realizado, faço-lhe votos de bom trabalho em prol dos oeirenses. -----

----- Uma última palavra para dizer que me mantenho ao dispor para, dentro das minhas possibilidades, colaborar com todos sempre que tal venha a ser necessário, quer sob o ponto de vista de esclarecimentos sobre actuações passadas, quer ainda para acções em que pensem que o meu contributo futuro possa vir a ser útil. -----

----- O meu sincero agradecimento a todos! -----

----- Viva Oeiras!" -----

3 – APRESENTAÇÃO DA EMPRESA MUNICÍPIA, S.A.: -----

----- O **doutor António Fernandes**, através do PowerPoint, fez a apresentação da empresa Município, Sociedade Anónima, cujo documento, anexo à respectiva acta, se dá por integralmente reproduzido -----

----- Relativamente a esta matéria a **Senhora Vereadora Madalena Castro** disse ter ficado com a ideia de que a percentagem de propostas ganhas era de cerca de quatro por cento, questão que foi confirmada pelo **doutor António Fernandes**. -----

-----De seguida, a **Senhora Vereadora Madalena Castro** inquiriu no sentido de saber qual era a percentagem de volume de negócios encomendados pelos países de expressão portuguesa que eram sócios da Municípa, bem como a média de horas por dia que era feita pelos aviões. -----

-----No uso da palavra o **Senhor Vereador Amílcar Campos** observou que havia uma assinalável discrepância de propostas apresentadas e as que acabavam por ser adjudicadas, questionando a que empresas é que eram adjudicadas os noventa e seis por cento de propostas, de modo a que pudesse ter a noção da concorrência que existia no mercado, em que áreas, se eram ou não nacionais.-----

-----Gostaria também de saber se havia trabalhos adjudicados pela Câmara Municipal de Oeiras a outras empresas, que poderiam ser adjudicadas com vantagem à Municípa.-----

-----Quanto ao levantamento georreferenciado da iluminação pública, também pretendia saber se ele já existia na Câmara e não foi feito pela Municípa, ou no caso de não existir seria um trabalho interessante que poderia ser feito, sendo assim uma vantagem para a gestão da própria Municípa. -----

-----De seguida, interveio a **Senhora Vereadora Anabela Pedroso** que em relação ao último reparo sobre a possibilidade e disponibilidade da empresa ser privatizada, disse que isso significava uma autoconfiança muito grande relativamente ao potencial da Municípa, que não estava propriamente representado naquilo que tinha sido o resultado final desse trabalho, existindo algo diferente entre a realidade e a percepção sobre essa matéria.-----

-----Associada a essa questão gostaria de ouvir melhor, como é que essa empresa tinha potencial para ser privatizada. -----

-----Surgiu-lhe outras questões associadas relativamente à questão dos dados do “GIS”, porque daquilo que conhecia do que tinha sido a informação geográfica, sobretudo do trabalho efectuado para a Câmara Municipal de Oeiras, diria que o que existia em termos de base de



Câmara Municipal
de Oeiras

dados e a forma como essa informação estava disponibilizada e a ser utilizada, era pouco eficiente, para não dizer que era bastante deficiente e não sabia quem tinha razões e responsabilidades, se seria da forma como era utilizado, ou se era da forma como a interacção entrava naquilo que a Município fornecia e a disponibilização desses dados e aquilo que era percebido e utilizado na Câmara, se tinha que ver com aquilo que era necessário para esses Serviços-----

----- A outra questão tinha que ver com a “Sinergic” que se apresentou como cabeça de consórcio, mas tanto quanto sabia o “Sinergic” não era propriamente um consórcio privado, pois estava-se a falar em entidades públicas com um valor do “QREN” bastante elevado, não sabendo exactamente qual o papel do Município com empresas que estavam, neste momento, em desenvolvimento, pelo que gostaria que lhe explicasse um pouco melhor essa questão.-----

----- Associando-se também ao trabalho que já existia e que era feito para a Câmara Municipal, havia uma questão que lhe tinha vindo a causar alguma perturbação, até mesmo a propósito da questão de uma possível privatização da empresa, que eram os dados que estavam, naquele momento, na posse da Município e cada vez que a Câmara Municipal necessitava de uma informação tinha que a solicitar, tinha que pedir esse apoio, não existindo essa informação disponível na base de dados da Câmara Municipal, embora seja algo que estivesse contratualizado, não conhecendo essa questão gostaria de saber o que é que acontecia à informação que estava em poder da Município e que era da Câmara Municipal.-----

----- De modo a esclarecer a questão o **doutor António Fernandes** informou que o número de horas de avião para fazer fotografia aérea dependia da altura do ano, uma vez que o que condicionava para fazer fotografia aérea era a inclinação solar, a existência ou não de nuvens e projectos, sendo que cada avião que a Município tinha, no caso do “Pipers”, se fizesse menos que trezentas horas, os preços que a empresa tinha não eram competitivos como qualquer outro operador.--

-----No caso do “CS-DPS” tinham que ser feitas quatrocentas horas. -----

-----Acrescentou que, o número de horas que eram perspectivadas anualmente para que fosse capaz de estar no ar a fazer o projecto era o que determinava o preço de hora de oferta das propostas, certamente, tudo isso tinha que ser feito com a experiência e o conhecimento que se tinha. -----

-----Quanto às horas que se poderia estar no ar, qualquer um dos aviões tinha cinco horas de autonomia, só podendo voar se estiver dentro das inclinações solares e se não existirem nuvens. -----

-----Salientou ainda, que em dois mil e nove perdeu um concurso público de fotografia aérea, o qual foi entregue a uma empresa espanhola, porque a Município, sendo a única empresa portuguesa, não quis dizer que entregava tudo em dez dias, porque objectivamente, o que era pedido no caderno de encargos era isso. -----

-----Acrescentou que havia muito pormenor técnico que condicionava muitas vezes a que se tenha ou não acesso a projectos. -----

-----No que toca à possibilidade de adjudicação, a natureza de mercado e de negócio, relativamente aos noventa e seis por cento, a maior parte deles nunca chegaram a ter projecto, outros eram ganhos pelas empresas da concorrência da Município, sendo que, apesar de existir essa eficácia era a empresa que mais concursos públicos ganhava, contudo, havia concursos públicos a que não respondia, ou quando respondia sabia que o ia perder. -----

-----No caso do cadastro o Estado assumiu um projecto avaliado em vinte e seis milhões de euros e o único critério para adjudicar foi o preço e a hora de chegada da proposta. -----

-----Daí que, seria indiferente numa estrutura técnica, com experiência na área do desenvolvimento da cartografia, foto-mapas e de tudo o que estava relacionado com a produção do cadastro. -----

-----Julgava que não seria indiferente ao ponto de vivendo a circunstância de que as



Câmara Municipal
de Oeiras

empresas portuguesas desse sector, para responder a um concurso público de cadastro tinham que ter um certificado e um alvará para produzir cadastro, havendo para tal uma série de exigências, mas se for uma espanhola poderá ser uma padaria porque em Espanha isso não era obrigatório. --

----- Esclareceu ainda, que no caso do cadastro para ganhar aquele concurso teve que se ir ao preço mínimo, passando meses em Tribunal a defender o que é que estava a dizer e o que é que se ia reflectir, sendo que no cadastro oitenta por cento era suor, uma vez que se tinha que andar no terreno a fazer levantamentos, a falar com os proprietários, ir às Juntas de Freguesia e às Conservatórias, não havendo maneira de ultrapassar essa questão.-----

----- Isso ia-se repercutir que em vez de se pagar setecentos e cinquenta ou mil euros a uma pessoa dessas que andava no campo, ir-se-á ter que pagar quatrocentos ou quinhentos euros, inquirindo se era isso que se pretendia, sabendo que era isso que era obrigado a fazer, porque não existia outra forma, ou seja, a maneira de contornar os problemas era pagar mal às pessoas. -----

----- O Estado ainda se regozijou que conseguiu na data da adjudicação uma redução de cinquenta por cento do valor do cadastro, quando o Instituto Geográfico Português nem sequer foi capaz de avaliar quanto é que custou o cadastro no final de seis meses num projecto-piloto.

----- Na sua opinião havia qualquer coisa que não funcionava bem. -----

----- No que tange às empresas havia muitas empresas espanholas que tinham preços a que não estava habituado, no entanto, havia uma série de concursos em marcha no Minho, mas em todo o Algarve havia projectos de cartografia que estavam há sete anos para serem concluídos e as empresas espanholas nunca tinham sido multadas, a Municíпия atrasou-se cinco dias já tinha no IFAP uma multa de setenta mil euros e os culpados foram eles porque não forneceram os elementos atempadamente. -----

----- Ora, essa forma diversa de tratar os assuntos não era nada fácil no dia-a-dia para quem tinha que pagar quarenta e oito vencimentos ao fim do mês. -----

----- Relativamente aos trabalhos adjudicados pela Câmara a outras empresas, que

poderiam ter sido adjudicados à Município, disse não fazer a menor ideia, uma vez que esse era um assunto que terá que ser esclarecido pelos serviços da Câmara, contudo, gostaria de dizer que isso não dizia respeito somente à Câmara Municipal de Oeiras, uma vez que não era fácil de encontrar uma forma fácil de dizer, ou de explicar porque é que havia essa dicotomia e essa dificuldade de contratualizar serviços com os associados, sendo certo que ninguém estava convencido que seria por causa do seu mau feitio, porque conseguia vendê-los noutra sítio, mas não os conseguia vender na Câmara de Oeiras, ou seja, o problema é que havia uma enorme dificuldade dentro das câmaras, porque os serviços levantavam grandes obstáculos, não conseguindo conceber o que é que se passava, qual o porquê de se levantar sistematicamente problemas intransponíveis, vindos por vezes de quem não fazia a mínima ideia daquilo que estava a dizer, sendo essa a sua opinião pessoal da Câmara de Oeiras e de cento e cinquenta e seis câmaras que eram sócias da Município, no entanto, considerou-se suspeito nessa avaliação. -

-----Em relação ao levantamento do cadastro eléctrico, esclareceu que o mesmo fazia parte das ofertas que a Município estava a fazer, inclusivamente, na área da energia, porque não era possível desenhar uma solução de redução do consumo, sem que houvesse o cadastro, cujo significado consistia em saber onde estava, as suas características e que quanto é que consumia, para que a seguir pudesse dizer, o que propunha, quanto custava e amortizava em oito anos segundo o que a Lei obrigava, sendo certo que tudo isso só poderá ser feito se o cadastro estiver feito, mas tanto quanto sabia esse cadastro não existia na Câmara Municipal de Oeiras, estando previsto ser executado no âmbito de um contrato-programa com a Município, sendo que o ano passado foram trinta mil euros os serviços que foram comprados à Município por parte da Câmara Municipal de Oeiras e este ano rondavam os setenta mil euros, apesar de existir um contrato-programa na ordem dos seiscentos mil.-----

-----Acerca deste contrato-programa referiu que havia situações que não entendia e o desgaste das mesmas conduzia a que as mesmas se deixassem passar, isto é, na sua perspectiva a



Câmara Municipal
de Oeiras

Município para celebrar esses contratos teve que comprar uma garantia bancária de seiscentos mil euros, e, possivelmente, só iria ter adjudicações de setenta mil euros, logo, havia algo que não fazia sentido, quando nem sequer sabia se essa quantia iria ser com IVA ou não. -----

----- Quanto à percepção do Sistema de Informação Geográfica e à sua utilidade dentro da Câmara Municipal, o que disse sobre essa matéria é que essa resposta teria que ser dada através dos serviços da Câmara Municipal, porque aquilo que a Município prestava a este Órgão eram serviços a pedido do mesmo. -----

----- Em relação à propriedade dos dados ela era cem por cento da Câmara Municipal de Oeiras, interrompendo a **Senhora Vereadora Anabela Pedroso** para perguntar o porquê de se ter esta empresa, se ela cada vez menos fazia sentido, questionando qual era o valor acrescentado que a Câmara Municipal tinha nessa participação, vindo da parte da empresa até alguma frustração nesse tipo de associação, apesar de dois mil e dez a participação dos sócios já ser minúscula, questionando até que ponto a Câmara Municipal precisava de ter a comparticipação de uma empresa com este teor. -----

----- Ora, se a Câmara vier a optar por um sistema mais integrado, o que não se tem hoje e não tinha conhecimento de quem era a culpa, mas não existia nenhuma integração, considerando até extraordinário existir vários SIG dentro de uma mesma organização, apesar de ter conhecimento de todos os esforços que tinham sido feitos, sendo certo que isso era uma questão que vinha do passado e, por isso, não sabia até que ponto ser propriedade significava serem portáveis e poderem ser utilizados num outro sistema. -----

----- De novo no uso da palavra o **doutor António Fernandes** referiu-se à questão da propriedade e da portabilidade, acrescentando que na sua perspectiva uma coisa não tinha nada que ver com a outra, isto é, propriedade cem por cento Câmara Municipal de Oeiras, portabilidade total. -----

----- Sublinhou que qualquer dado que se produza na Município era utilizável em qualquer

sistema de informação geográfica e o facto de estar a funcionar ou existir mais do que um SIG, disse não fazer a mínima ideia, uma vez que a Municípia não tinha competência sobre essa matéria, ou seja, ela vendia serviços pontuais à medida que era consultada. -----

-----No que tange ao facto de vir do passado, lembrou que a Câmara Municipal de Oeiras tinha uma situação curiosa porque em mil novecentos e oitenta e nove era o único sítio do País que tinha um Sistema de Informação Geográfica a funcionar, argumentando a **Senhora Vereadora Anabela Pedroso** que perdeu essa dianteira, ao que o **doutor António Fernandes** respondeu que perdeu em todas as frentes segundo a sua perspectiva, no entanto, os sistemas de informação como qualquer outra coisa se não se conservarem não funcionam, não sabendo neste momento se estava bem ou mal integrado, o que podia dizer é que a realidade tecnológica em dois mil e dez/dois mil e onze, era radicalmente diferente de oitenta e sete, isto é, permitia coisas que nessa altura não era possível, não só em custos, como em eficiência, como em funcionalidades, contudo, o facto de existir essa tecnologia e essa possibilidade, nem sempre se repercutia em situações objectivas no dia-a-dia das pessoas, desconhecendo essa situação dentro da Câmara Municipal de Oeiras.-----

-----Acrescentou que, a ideia que lhe dava é que havia uma lógica de integração, que lhe parecia provavelmente positiva e que de havia dois ou três anos a esta parte, assinalava as transformações na forma de lidar com o assunto, porque durante algum tempo Oeiras pura e simplesmente não teve Sistema de Informação Geográfica, havendo há três ou quatro anos uma mudança radical, através da forma de abordar a questão.-----

-----Em relação à pertinência de Oeiras pertencer à Municípia, considerou que esta era tão pertinente hoje, como era em noventa e nove, porque nessa altura dizia-se que se devia gerar economias de escala através de investimento e activos comuns, geradores de serviços partilhados para os municípios, evitando uma duplicação de estruturas por cada um dos seus accionistas.-----

-----Prosseguindo, referiu que se isso tivesse acontecido com os municípios envolvidos



Câmara Municipal
de Oeiras

nessa operação, tinham seguramente gasto menos cinquenta vezes do que aquilo que gastaram, arriscando-se a ter cinquenta vezes mais; aliás, disse ter uma ideia daquilo que tinham e do que não tinham em alguns casos. Portanto, continuava a achar que Oeiras como qualquer outro accionista, tinha enormes vantagens em pertencer à Municíпия. -----

----- Considerava que hoje em dia, era preferível que esta empresa fosse privada do que participada por Municípios, apesar de entender que tudo aquilo que ela fazia, era vantajoso para os sócios, podendo fornecer o serviço a um preço competitivo, sendo aqui que havia complicações. -----

----- Deu o exemplo de um concurso que foi lançado pelo País na altura em que o Senhor Presidente foi Ministro, sobre voo e ortofotomapas para as Águas de Portugal, sendo a Municíпия já na altura a única empresa que tinha aviões para efectuar esse trabalho, mas se não tiver aviões poderão vir de Espanha ou de outro lado qualquer, mas como a empresa não foi consultada o que disse foi para lhe fazerem uma consulta, porque quando ouve dizer que os serviços da Municíпия eram caros, arriscou a dizer que noventa e sete por cento das pessoas que faziam essa afirmação, não tinha a mínima ideia daquilo que a empresa fazia e desses cem por cento não sabiam o que é que estavam a dizer, questionando a **Senhora Vereadora Anabela Pedroso** se da parte da Municíпия também não existia um mau “marketing”, observando o **doutor António Fernandes** que talvez até seja isso, só que não conseguiu explicar o porquê de não conseguir vender aos accionistas e aos outros vender. -----

----- Referiu ainda, que noventa e cinco por cento da acção da empresa eram concursos públicos, sendo dessa forma que gostaria de continuar a estar, no entanto, considerava que neste momento era altamente desvantajoso apresentarem-se quatro vírgula duas propostas por dia, o que significava que andavam todos os dias no terreno e verificou que a reacção das pessoas a essa ligação, ou a esse tipo de empresas e a diabolização que ainda há pouco ouviu falar, que era feita nas empresas municipais, dava a ideia que era tudo uma “cambada de bandidos”,

acrescentando que a ligação que tinha à empresa era por amor à camisola e porque gostava imenso daquilo que fazia, não conseguindo fazer mais, mas para isso lá estava a administração para tomar a decisão se pretendia que continuasse ou não, contudo, não era fácil combater com as “nuances” que não eram visíveis, de uma suposta livre consulta e rapidamente a Município estava a ser acusada de concorrência desleal, aliás, era do conhecimento de todos que a Lei permitia que fosse feito um ajuste directo até setenta e cinco mil euros e os seus accionistas faziam isso com empresas da concorrência e quando consultavam a Município, consultavam cinco, mas estavam feitos com os da concorrência, não tendo forma de combater essa situação, embora nos concursos públicos também aconteçam situações dessas.-----

-----Relativamente à necessidade, ou às vantagens considerou que continuavam a existir vantagens.- -----

-----A nível do Estado houve uma altura em que disse, que a partir de agora o Estado só comprava valor digital, tendo como resultado desse anúncio a falência de duas empresas, o que quer dizer que ou se investe numa câmara digital, ou terá que sair fora do mercado, mas quem estava no mercado de cartografia, ortofotomapas e informações geográficas e estiver dependente do voo, na sua perspectiva era até uma questão de independência nacional e infelizmente não existia nenhum político que olhasse para isso dessa forma, não sendo porque lhe desse jeito, mas sim porque era assim que os espanhóis, os franceses também faziam, inquirindo se os portugueses eram diferentes, porque havia sempre a mania de levantar a suspeição nessas fundamentações, sem que se conduza a nada. -----

-----Prosseguindo, deu um outro exemplo do primeiro voo digital que existiu em Portugal, o qual resultou de uma acção comercial da Município junto da Direcção-Geral de Florestas, o que conduziu a um concurso público no valor de setecentos e cinquenta mil euros de projecto, de modo que surgiu a hipótese das três empresas portuguesas se juntarem e aparecerem com uma câmara e esse projecto seria para as empresas portuguesas. -----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- O concurso foi aberto até porque era urgente devido aos fogos, uma vez que se estava em Setembro, tendo havido oito concorrentes internacionais e em Outubro foi adjudicado a uma empresa espanhola, que a única coisa que apresentou foi uma factura proforma da existência de uma câmara digital que não tinha, perguntando como é que era possível combater essa situação, acrescentando que não sabia combater isso com” marketing”, no entanto, o que podia dizer é que isso aconteceu.-----

----- Passando à questão do “Sinergic” começou por dizer que este era o projecto do cadastro nacional.-----

----- A propósito desta questão frisou que a Município com oitenta e cinco por cento das empresas do sector, juntou-se e apresentou em dois mil e dois um projecto cadastro ao Governo, nessa altura o Senhor Presidente era Ministro e disse que o “GP” existia há cento e cinquenta anos e a única coisa que conseguiu demonstrar, foi que não conseguiu fazer o cadastro, mas houve uma solução que consistiu na junção das empresas, a banca assumiu o risco da operação e o Estado pagou uma operação de Tesouraria, que só pagava às empresas do “Delta de Crescimento” conforme a receita daí resultante.-----

----- Não era nada que estivesse a inventar, uma vez que já tinha sido feito noutros países, acrescentando que essa foi uma ideia interessante que surgiu, entretanto, o Senhor Presidente saiu do cargo de Ministro, aquilo transitou para o “GP” e ao fim de quatro anos saiu o projecto de cadastro. -------

----- A empresa respondeu ao cadastro há dois anos, tendo sido adjudicado na Páscoa deste ano como concurso público internacional, em que concorreram doze consórcios.-----

----- Esclareceu que havia três lotes: São Brás de Alportel, Tavira e Loulé - Oliveira do Hospital, Ceia - Paredes e Penafiel. A Município ganhou Oliveira do Hospital e Ceia porque respondeu em consórcio.-----

----- Quanto aos dados à data da constituição da Município, constituíam capital de

participação da Câmara na Município e por essa razão ficou propriedade da Município, com uso ilimitado, sem nenhuma restrição para a Câmara Municipal de Oeiras à excepção da comercialização e em relação a esta os dados que a empresa detinha relativos ao território desta, se isso resultou em vinte mil euros de facturação em dez anos foi muito, mas o Município tinha utilização sem restrições, nem limite eternamente. Hoje em dia, a situação alterava-se e a propriedade dos dados era integralmente da CMO, tanto era, que quando recebiam um pedido encaminhavam-no para os serviços competentes da CMO. -----

-----De seguida usou da palavra o **Senhor Presidente** que disse ser por convicção contra a privatização da Município, mas perante as circunstâncias em que o País vivia, o ambiente que rodeava o sector empresarial local, mesmo aqueles mais ousados que sejam um pouco aventureiros, no sentido de arriscar, começavam a ter medo, por isso, havia já vários anos que não se podiam acumular funções de Vereador com as detentoras nas empresas municipais e, no entanto, dizia-se que as empresas municipais serviam para “mordomias” dos Vereadores, o que queria dizer que ainda havia acumulações que eram proibidas por Lei. -----

-----Acrescentou que se havia empresa em que tinha um orgulho enorme era na Município, estando a dizer o mesmo que disse em dois mil e quatro numa entrevista que deu ao Jornal Expresso, ou seja, a Município tinha travado uma luta tremenda em termos de opinião pública e de imagem, porque aquilo que foi lançado os concorrentes aproveitaram-se logo, para dizerem que a empresa estava no mercado e que era concorrência desleal, por ser de capitais públicos, designadamente, da Câmara Municipal de Oeiras, tendo o Executivo Municipal à época maltratado a Município e foi incapaz de fazer um texto que dissesse que a Município era uma grande empresa, tecnologicamente avançada e necessária. -----

-----De modo que terá que fazer um elogio, apesar de já o ter feito noutras circunstâncias, para que fique em acta, considerou a Município uma grande empresa e se não fosse o doutor António Fernandes, que era o seu líder, se não tivesse ” unhas” para a agarrar, dificilmente a



Câmara Municipal
de Oeiras

empresa teria sobrevivido. -----

----- Foram momentos muito difíceis, mas conseguiram ultrapassar, apesar de ultimamente a conjuntura ter sido adversa, mas também não era só para a Município, era para a generalidade das empresas. -----

----- Prosseguindo, disse que era bom lembrar que inicialmente existia o Gabinete de Estudos e o doutor António Fernandes era o Director do Serviço. -----

----- Na altura foi feita uma demonstração ao Senhor Ministro do Planeamento e Ordenamento do Território que ficou espantado por ser possível fazer essas coisas. -----

----- Era moda fazer os ortofotomapas, toda a gente os queria e a Câmara de Oeiras fazia um brilharete com eles. -----

----- A dada altura Oeiras fazia ortofotomapas, através de protocolos, para cerca de cinquenta municípios e o Tribunal de Contas e as Inspeções disseram que a Câmara de Oeiras não podia fazer negócio com outras Câmaras, de modo que fazia todo o sentido criar a empresa. -

----- Muitos municípios aderiram e a empresa estava avançada cerca de dez anos em relação à situação, mas perante a procura a oferta apareceu e começaram a surgir empresas privadas. -- -----

----- No contexto em que a Município apareceu, ela tinha um papel fundamental e continuava a pensar que esta era uma empresa estratégica e muito importante e o País que tiver uma empresa destas em situações de crise ou de problemas de protecção civil, estará melhor salvaguardado. -----

----- Recordou uma ocasião em que esteve no Comando Operacional do Continente, local onde foi feita uma apresentação de tecnologia militar e de identificação de viaturas, tipo GPS, situação já por si referida em mil novecentos e noventa e cinco, porque, nessa altura, fez uma visita a Brighton – East Sussex, onde já existia esse sistema, ou seja, os carros militares tinham um sistema que mostrava num ortofotomapa que tinham na parede por onde andavam, mas em

Portugal só passados dez anos é que se começou a falar dessa tecnologia. -----

-----O tempo foi correndo, começou a aparecer a concorrência, a Municípa foi-se calando, depois de ter sido acusada de concorrência desleal até foi criada a Associação Nacional de Empresas de Cartografia.-----

-----Prosseguindo, disse que a intervenção do doutor António Fernandes obrigava a uma reflexão, no sentido de saber qual a razão para os sócios não adjudicarem mais trabalhos à Municípa, quando estes, ultimamente, tinham proposto a venda das acções à Câmara Municipal, respondendo aos accionistas que, no dia em que, proporcionalmente adjudicarem à Municípa um montante de trabalhos correspondentes àqueles que o Município de Oeiras adjudicou, a Câmara comprava as acções, mas se assim fosse, os accionistas já não queriam vender pela simples razão de que já não teriam prejuízo. -----

-----Referiu que não tinha dado andamento a nenhum desses casos de Presidentes de Câmara que queriam vender as acções e acrescentou que muitos desses Presidentes manifestavam surpresa sobre esse assunto e perguntavam como se fazia isso.-----

-----A propósito deste assunto referiu que a Senhora Vereadora Anabela Pedroso percebia muito dessa matéria e por vezes até dava lições sobre a mesma, então, poderia, na sua opinião, aceitar pelouros que digam respeito a este assunto.-----

-----Depois havia ainda um aspecto fundamental que se prendia com o facto de a Municípa poder ser uma empresa municipal, embora considerasse que estava bem, porque infelizmente a Municípa não podia concorrer por todas as razões que o doutor António Fernandes citou.-----

-----Prosseguindo, observou que todos estavam um pouco com “paninhos quentes”, mas na realidade havia outros contornos, não sendo por acaso que essa empresa não ganhava determinados concursos, porque o Estado dizia para irem fotografar em quinze dias, mas depois outra empresa levava seis meses e não havia nenhuma multa sobre isso, mas se fosse a Municípa



Câmara Municipal
de Oeiras

já havia, o que queria dizer que o “pecado original” da Município era ser uma empresa com cariz municipal. -----

----- Acrescentou que este País se dava ao luxo de não completar o SATUO, de querer vários parques tecnológicos, já se começou a falar no Parque Tecnológico da Parede que a CISCO irá fazer e os tecnólogos irão correr de Lisboa para lá e para cá. -----

----- A Intel estava a dois passos de ficar no Concelho mas não ficou porque, a dada altura o Governo não sabia se ela devia ir para Portimão ou para Vila do Conde. Como acompanhou a situação de perto, foram os funcionários da Intel que disseram que aquele Governo não sabia o que queria. -----

----- Lembrou, de seguida, que foi feita uma conferência sobre parques tecnológicos, para a qual tinha sido convidado o Presidente da Câmara de Limerick, na Irlanda.-----

----- A propósito fez uma intervenção sobre os problemas dos parques tecnológicos e a dado passo disse que era lamentável que havendo um parque tecnológico daquela natureza, que era o caso da Intel, com aquelas infra-estruturas, que as empresas de base tecnológica que existiam, não fossem canalizadas para lá. -----

----- Acrescentou que o Presidente da Câmara de Limerick, na sua intervenção, dizia que lá era tudo mais fácil, porque se houvesse uma empresa que reunisse os requisitos para se instalar, era instalada no parque tecnológico da região e se o Primeiro-ministro da Irlanda fizesse uma viagem à Alemanha ou aos Estados Unidos, para instalar uma dessas empresas na Irlanda, o Governo mandava-a instalar-se em Limerick, ou seja, puxavam todos para o mesmo lado, salientando que tudo isso se tinha passado em mil novecentos e noventa e sete, ou noventa e oito. -----

----- Continuando lembrou que, em dois mil e sete, ou dois mil e oito o Engenheiro Rui Várzea foi à Irlanda, a uma conferência na área tecnológica. -----

----- À porta da Câmara, antes de irem para o aeroporto, recomendou-lhes que, se a conferência fosse perto de Limerick, visitassem aquele Parque Tecnológico e ao fim da tarde já

estava a receber uma chamada telefónica relatando que a conferência seria mesmo realizada nesse local. -----

-----Continuando, disse que a Municípa devia ser mais acarinhada pelo Estado e não era isso que acontecia, porque o Estado até ignorava a existência da Municípa, por outro lado, os Dirigentes dos diversos serviços das Câmaras também não se interligavam com a Municípa, porque os concursos quando chegavam ao Presidente ou aos Vereadores, eles desconheciam a quem tinha sido adjudicado, porque a Municípa estava em Lisboa e se houvesse alguma coisa no Porto, ou em Vila Nova de Gaia logicamente que as Câmaras do Norte adjudicariam os trabalhos a essas empresas.-----

-----Em relação à Câmara Municipal de Oeiras se esta fazia um contrato “in-house” de seiscentos mil euros admitia que a Divisão de Contratação Pública exigisse a garantia bancária, mas para os trabalhos adjudicados que eram de sessenta mil euros, era uma questão de bom senso, ou seja, a garantia bancária podia ir aumentando à medida que os trabalhos fossem contratualizados, não fazendo qualquer sentido que a Divisão da Contratação Pública quisesse uma garantia bancária na totalidade do contrato “in house”, sendo certo que no contrato se poderia dizer que a mesma poderia ser apresentada do montante correspondente aos trabalhos adjudicados, visto que o contrato “in-house” não era um contrato normal, no entanto, se lhe apresentarem uma informação para despacho, no sentido de que a garantia bancária seja reduzida dos seiscentos mil euros para os sessenta mil, se foi isso que foi adjudicado, irá autorizá-la. -----

-----Acrescentou que, se se pensar em eficiência e em eficácia, na verdade fazia todo o sentido que esta empresa existisse e que servisse todos os municípios, sendo certo que todos os dias saía nova legislação, fazendo-se reformas, mas ao nível do Estado cada uma das Direcções-Gerais, dos Institutos, etc., todos tinham o seu programa informático, não existindo por isso nada integrado a nível nacional, não dando o Estado uma orientação aos municípios. -----

-----Existiam trezentos e oito municípios, admitindo que haja uma grande diferença entre



Câmara Municipal
de Oeiras

Oeiras e Barrancos, mas não existia grande diferença entre Oeiras, Loures e Cascais, por isso, para municípios acima dos cinquenta mil habitantes o Estado devia dar uma orientação ao nível da informática.-----

----- Como não acontecia, cada município tinha que desenvolver ou solicitar que lhe desenvolvessem as suas aplicações. -----

----- A terminar felicitou o Presidente do Conselho de Administração da Município, pela apresentação que acabou de efectuar. -----

----- De novo no uso da palavra o **doutor António Fernandes** referiu que entre dois mil e dois e dois mil e quatro a Município desenhou e implementou um projecto chamado “Ribatejo Digital” e nas reuniões que foram efectuadas com vista à implementação desse projecto, estavam presentes responsáveis da administração central que administravam os fundos, sendo também necessário desenhar a solução tecnológica e dentro desta existiam assuntos para a Microsoft e outros desenvolvidos pela Município.-----

----- O responsável do Estado que dava o sim sobre o financiamento disse-lhe, se já tinha feito todo o orçamento, como é que estava a cobrar uma licença para cada município, de modo que lhe respondeu no momento se achava que a Microsoft não tinha já feito todo o desenvolvimento, no entanto, estava a cobrar a licença a todos os municípios. -----

----- Duas semanas depois, a mesma pessoa enviou um e-mail para todos os dirigentes da área onde ele tinha influência, dizendo que o “software” que devia de ser utilizado no âmbito das candidaturas das cidades e regiões digitais, lançando nome e preço, era a relação dos produtos da Microsoft, tendo duas horas depois enviado um e-mail a pedir desculpa, porque o e-mail seguiu por engano, entretanto, telefonou-lhe dizendo se poderia enviar um e-mail a dizer que a solução de sítio para todos os municípios era a da Município e duas horas depois pedia desculpa a dizer que se enganou.-----

----- Lembrou que a Município fez o desenho integral da região digital que foi o primeiro

projecto que serviu para uma série de situações. -----

-----A Municípa não só não era vista nem achada, como também não foi capaz de fazer mais nenhum, perguntando como é que se combatia essas situações, até porque não venderam mais nada, mas a Microsoft podia vender. -----

-----Quanto às relações da Municípa com a Câmara o **Senhor Presidente** disse sempre ter procurado que se desse prioridade à Municípa, recomendando sempre que fossem solicitadas propostas à empresa, acontecendo o mesmo com o Lemo, havendo muitas dúvidas durante alguns anos, considerando que as relações mudaram um pouco nos últimos tempos; aliás, em relação à Municípa sempre disse que ela era um instrumento da Câmara, interrompendo o **doutor António Fernandes** para dizer que até preferia que as relações fossem más, desde que se traduzissem em projectos. -----

-----De seguida usou da palavra o **Senhor Vereador Amílcar Campos** que começou por dizer que houve um trabalho muito bem feito pelo director do Gabinete de Contencioso e Apoio Jurídico acerca da questão do enquadramento legal da contratação pública, acrescentando o **Senhor Presidente** que um jurista do Gabinete de Contencioso e Apoio Jurídico veio pôr em causa o contrato “in-house”, uma vez que o Tribunal de Contas dizia que esse contrato era só para empresas detentoras a cem por cento pela Câmara, sendo certo que a Municípa era detida a cem por cento por câmaras municipais, parecendo-lhe que havia uma tese sobre a qual ainda não se debruçou devidamente, até porque ainda aguardava que lhe entregassem o parecer.-----

-----Havia a tese que dizia que a Câmara Municipal não podia fazer contratos “in-house” com empresas que não fossem detidas a cem por cento e ao que parece a Lei diz isso, no entanto, vai ler o dossier e nessa altura vai averiguar o que diz a Lei, argumentando o **Senhor Vereador Amílcar Campos** que o que o Senhor Presidente acabou de dizer confirma o ditado popular que diz o seguinte: ”se quiseres fazer alguma coisa bem consulta o advogado, se não quiseres fazer consulta dois”.-----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- Prosseguindo, disse que seria importante ver a fundamentação da questão, porque para si era o novo testamento e agora passava a ser o velho. Portanto, na sua opinião poderia ser facultado esse parecer aos cento e cinquenta e três municípios, que eram os accionistas da Municípia, acrescentando ainda, que gostaria que lhe confirmassem se a participação da Câmara Municipal de Oeiras nessa empresa, eram cinquenta e dois vírgula oito por cento, tendo-lhe respondido o **doutor António Fernandes** que era nessa ordem. -----

----- De seguida interveio a **Senhora Vereadora Madalena Castro** que começou por se referir à informação que o Senhor Presidente acabou de proferir, uma vez que leu o parecer do Gabinete de Contencioso e Apoio Jurídico, precisando que ele não contradizia o parecer dado nessa data pelo Director do referido gabinete, uma vez que na mesma data a interpretação estava correcta, só que após os primeiros contratos “in-house” que foram efectuados por câmaras municipais que não só a de Oeiras e que foram remetidas para visto do Tribunal de Contas, houve jurisprudência produzida nos dois últimos anos, que referiam que as câmaras só podiam fazer esses contratos “in-house” se o capital for detido a cem por cento pelos municípios. -----

----- Sublinhou que não era um parecer contraditório com aquele dado pelo doutor Cunha, até porque o Tribunal de Contas acabou por visar o contrato do Lemo que foi o primeiro enviado para visto do Tribunal de Contas, mas jurisprudência produzida em dois mil e dez apontava numa decisão, ou em orientações diferentes daquelas que as câmaras e não será só a de Oeiras estavam a adoptar. -----

----- A concluir o **Senhor Presidente** salientou que a exposição da Municípia foi elucidativa sobre muitos problemas do sector empresarial local, sendo um caso paradigmático, como nasceu, como evoluiu e como hoje parecia estar em comparação com aquilo que deveriam ser as empresas municipais. -----

4 – APRESENTAÇÃO DA EMPRESA HABITÁGUA, S.A.:-----

----- O **doutor Luís Lopes**, através do PowerPoint, fez a apresentação da empresa

Município, Sociedade Anónima, cujo documento, anexo à respectiva acta, se dá por integralmente reproduzido-----

-----Usando da palavra, a **Senhora Vereadora Anabela Pedroso** disse que o PS estava perplexo relativamente à existência da Habitágua, inquirindo o que é que a empresa estava a fazer que não pudesse ser feito pelos SMAS, ou seja, a missão da Habitágua estava dentro das atribuições dos Serviços Municipalizados, de modo que gostaria de saber onde é que a Habitágua acrescentava valor naquilo que fazia, já que se tratava de deslocar algum tipo de funções que serviam aos SMAS, tanto mais que este era o principal, se não o único cliente, acrescentando que vendo o livro do Governo para a reforma da Administração Local, no âmbito das possíveis fusões, pensava que a Habitágua era uma dessas casas.-----

-----Na prática estava a falar-se de uma empresa que tratava de contadores, enquanto que os SMAS tratavam de tudo o resto, sendo isso pertinente para a bancada do PS, já que existia uma empresa que aumentou de catorze para trinta trabalhadores, em dois mil e dez, podendo esse aumento ter acontecido nos SMAS para que pudesse cumprir a sua missão, inquirindo se esse facto tinha a ver com horas extraordinárias. -----

-----O **doutor Luís Lopes** explicou que há uns anos os SMAS entenderam proceder ao “outsourcing” tanto dos cortes e aberturas, como da substituição de contadores, nomeadamente naquilo que respeitava à substituição contínua de contadores, porque uma coisa era a instalação de contadores de novos clientes, outra coisa era a substituição de contadores em grandes quantidades, que era o que acontecia de dez em dez anos que os contadores tinham que ser substituídos, embora a determinação da Comunidade Europeia fosse aconselhável a substituição dos contadores de sete em sete anos.-----

-----Ora essa substituição envolvia uma média de dois mil contadores de uma vez só e foi essa necessidade que obrigou os SMAS a fazerem “outsourcing” numa primeira fase, seguindo-se os cortes e aberturas. -----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- O “outsourcing” permitiu vantagens financeiras aos SMAS, já que há dez anos atrás tinham mais de seiscentos funcionários e, neste momento, tinham cerca de quatrocentos. -----

----- Continuando, disse que os vencimentos rondavam o valor mínimo nacional, mas depois existiam prémios para o número de leituras feitas. -----

----- O **Senhor Vereador Amílcar Campos** agradeceu a exposição feita e disse partilhar a preocupação da Senhora Vereadora Anabela Pedroso. -----

----- Prosseguindo, disse que o preocupava também o que ouviu comentar sobre o contrato programa, já que tanto quanto sabia, os trinta por cento da facturação da Habitágua será resultante do contrato “In house” da manutenção das escolas e bebedouros. -----

----- Constatou que houve uma mudança significativa para dois mil e nove em relação a dois mil e oito com trinta e quatro novos elementos, dezanove justificados pela actividade da manutenção e quinze pela actividade de leitura. -----

----- À sua preocupação acrescia a alteração da legislação sobre a contratação “In house”, porque os trezentos mil euros com o termo de comparação de um milhão cento e trinta e sete mil euros, eram muito significativos. -----

----- A **Senhora Vereadora Madalena Castro** inquiriu se a leitura dos contadores, ou seja, o consumo de água dos cidadãos de Oeiras e Amadora era feita presencialmente e se a Habitágua prestava esse serviço na totalidade dos dois Concelhos e se o fazia com quinze pessoas. --- -----

----- Também gostaria de saber se a Habitágua prestava um serviço de manutenção dos bebedouros dos SMAS que existiam no espaço público. -----

----- O **doutor Luís Lopes** explicou que efectivamente a leitura dos contadores dos dois Concelhos eram feitos só pelos quinze funcionários, na medida em que as leituras eram feitas de dois em dois meses, para além do facto da Habitágua ter adquirido motorizadas e quem fazia as leituras deslocava-se nesse meio de transporte, o que tornou o serviço muito mais eficaz. -----

-----Para além disso em parceria com a Município, foram colocados, quer nas motorizadas, quer nos carros, localizadores, de modo que através do computador era possível saber onde andavam e o controlo passou a ser muito mais eficaz. -----

-----Salientou, de seguida, que a manutenção dos bebedouros dos SMAS era feita pela Habitágua, assim como dos bebedouros da Câmara, sendo certo que os dezanove funcionários estavam mais vocacionados para a manutenção das escolas.-----

-----De novo no uso da palavra, a **Senhora Vereadora Madalena Castro** felicitou a Administração e os funcionários da Habitágua, porque percebeu que houve grande ganho de eficiência e de eficácia na prestação desses serviços, acrescentando que todas as pessoas que geriam empresas ou serviços davam conta da existência de um grande problema que tinha a ver com a motivação do pessoal, principalmente com o pessoal operário e face aos esclarecimentos prestados pelo Senhor Presidente da Habitágua, felicitou a empresa pelo trabalho desenvolvido, pois os números demonstrados, expressavam bem a importância de uma empresa como a Habitágua, pois estava convicta que não era com aquele número de trabalhadores que os SMAS conseguiriam atingir esses objectivos.-----

-----A **Senhora Vereadora Anabela Pedroso** começou por agradecer a explicação dada, discordando da intervenção da Senhora Vereadora Madalena Castro, referiu que os “outsourcing” eram sempre questionáveis, porque se colocava sempre a questão que a Câmara não sabia fazer e controlar contratos, mas essa seria uma discussão para outra altura, continuava sem perceber se esse tipo de actividade não seria melhor resolvida com mais funcionários colocados nos SMAS para fazerem o controlo e ter a qualidade de serviço apontado e, desse ponto de vista, continuava a perguntar da pertinência da existência de uma empresa dessas para esse tipo de serviço.-----

-----O **Senhor Vereador Ricardo Rodrigues** disse que contrariamente ao PS, o PSD não tinha qualquer dúvida que saía mais barato ao Município esse tipo de serviço ser prestado pela Habitágua, do que seria se fosse prestado pelos SMAS, bastando para isso verificar que os



Câmara Municipal
de Oeiras

SMAS tinham mais duzentos funcionários e a Habitágua só tinha mais quinze. -----
----- De seguida, questionou se os contadores inteligentes já estavam montados e se não estavam, para quando a sua implementação, pois esse será mais um passo para que com menos trabalhadores fazer um serviço de excelência. -----
----- Sobre o outro sócio que não a Câmara de Oeiras, inquiriu se não fazia mais sentido a Câmara Municipal de Oeiras ser detentora de todo o capital social. -----
----- Acrescentou que se o serviço fosse prestado pelos SMAS, não teriam como clientes os SMAS de Vila Franca de Xira, a EPAL, os SMAS de Loures e Odivelas, as Águas do Sado, as Águas de Cascais e diversas intervenções privadas, acreditando que a Habitágua terá condições de crescer, porque tinha conhecimentos, tinha “know-how” e mercado para crescer. -----
----- Por último deu os parabéns a toda a equipa da Habitágua, pois pelo que foi apresentado, na sua opinião, conseguia ultrapassar todos os itens do Livro Verde. -----
----- O **Senhor Vereador Amílcar Campos** disse que gostaria de saber quando é que os SMAS deixaram de fazer as leituras com os seus próprios recursos, respondendo o **Senhor Presidente** que desde mil novecentos e noventa. -----
----- Intervindo de novo a **Senhora Vereadora Madalena Castro** informou que a intervenção nas escolas tinha corrido muito bem e a DOM era apenas o intermédio entre o cliente final, que era o DEASD e a comunidade educativa. -----
----- Não nesta sede, mas oportunamente terá que ser feita uma avaliação no sentido de saber o enquadramento legal de se poder continuar a fazer essas intervenções, sendo certo que essa reflexão e outra que tinha a ver com a arquitectura accionista da Habitágua e dos reflexos que isso poderá ter na gestão e motivação do pessoal, devera subsistir e ser ponderada num futuro próximo. -----
----- O **Senhor Presidente** disse que a pertinência e a bondade de manter as empresas será uma discussão que terá lugar depois de todas as empresas terem feito as apresentações

respectivas. -----

----- Prosseguindo, lembrou que a ideia foi lançada, o debate iniciou-se se faz ou não sentido existirem empresas municipais. -----

-----Sobre esse assunto esclareceu que os Senhores Vereadores tinham muitas dúvidas quanto às empresas municipais mas Oeiras era o Município que menos empresas municipais tinha, as quais tinham sido aprovadas por unanimidade, por isso, nessa altura o PS não tinha tido dúvidas, retorquindo a **Senhora Vereadora Anabela Pedroso** que podiam mudar de ideias, atalhando o **Senhor Presidente** que podiam mudar de ideias, era estranho que fossem todos ao mesmo tempo. -----

-----Com a história do deficit surgiu a polémica acerca das empresas municipais e como toda a gente discute, a Câmara de Oeiras também vai discutir, porque a preocupação era de toda a gente, não só do PS. -----

-----Referiu, de seguida que as Câmaras Municipais podiam fazer tudo que as empresas municipais faziam, porque já as faziam antes de existirem empresas municipais, mas era indiscutível que a Piscina Oceânica gerida pela Câmara Municipal era uma coisa, gerida pela Oeiras Viva era outra coisa. -----

-----Se se acabar com a Oeiras Viva e a Piscina passar a ser gerida pela Câmara de certeza que irá ficar fechada muitos dias, pela simples razão que era um trabalho sazonal e as pessoas eram contratadas por quatro meses, no entanto, um dos trabalhadores ficava doente, o outro decidia ir embora e como a Câmara não podia contratar de um momento para o outro, teria que fechar a Piscina. -----

-----Não era por acaso que as empresas eram uma realidade na Europa nos anos sessenta e como em Portugal chegava tudo sempre mais tarde, foi uma realidade nos anos noventa, razão porque considerava importante a apresentação das empresas e um pouco da sua história. -----

-----Mas a opinião que tinha a Senhora Vereadora Anabela Pedroso, também a tinham os



Câmara Municipal
de Oeiras

Vereadores do PSD nas Câmaras governadas pelo PS, quando estavam na oposição a postura era a mesma.-- -----

----- A Habitágua nasceu porque a EPAL tinha dificuldades em resolver os seus problemas em Lisboa e propôs-se criar uma empresa com um Município que fosse considerado de referência, como empresa privada, mas a ideia de poder alargá-la a outros Municípios. -----

----- Ela foi criada em mil novecentos e noventa e quatro e em mil novecentos e noventa e seis a Câmara Municipal de Oeiras assumiu a maioria porque a doutora Teresa Patrícia Gouveia foi nomeada Ministra do Ambiente em mil novecentos e noventa e cinco e fez aprovar uma série de legislação relativa aos sistemas multimunicipais, que depois foram desenvolvidos pelo engenheiro Sócrates.-----

----- Na altura começaram a falar na privatização das águas e começaram a desenhar-se consórcios, porque entretanto já havia empresas privadas nas águas, principalmente na zona centro.-----

----- A EPAL era candidata à concessão de sistema de águas e saneamento e arranjou uma parceira que não era a Edifer e naturalmente que a Edifer não podia estar numa empresa com a EPAL quando essa iria concorrer contra a Edifer porque essa também tinha outro parceiro para concorrer, de modo que a Câmara de Oeiras comprou a posição da EPAL e ficou detentora de cinquenta e um por cento e a Edifer com o restante.-----

----- Os SMAS tinham muitos problemas com as leituras e com os contadores, de modo que esse serviço passou a ser feito por “outsourcing”, nascendo a Habitágua posteriormente.-----

----- A Habitágua tinha uma flexibilidade que os SMAS não tinham, principalmente quando era necessário fazer a substituição de cento e noventa mil contadores, para além da motivação que se podia dar aos trabalhadores na Habitágua e que por força da lei não se podia dar nos SMAS, acrescentando que a empresa era viável, tanto pela aceleração na colocação dos contadores, como também ficava mais barato todo o processo.-----

-----Na sua opinião a Habitágua era o exemplo de uma empresa municipal porque estava testada na área do saneamento com sucesso, foi alargada a sua intervenção à área da educação, observando a **doutora Alexandra Vasconcelos** que a opinião sobre a Habitágua foi baseada em inquéritos feitos às escolas, sobre a prestação do serviço, tempo de resposta, eficiência dos funcionários, etc., lembrando o **Senhor Presidente** que os Presidentes de Junta aceitaram mal a retirada de delegação de competências e a passagem para a Habitágua, tendo sido dito que se os Presidentes de Junta considerassem que o serviço estava a ser mal prestado e se tivessem reclamações deveriam avisar a Câmara, mas neste momento, nem as Juntas, nem as escolas reclamaram, o que significava que estava a ser prestado um bom serviço.-----

-----Na área do Departamento de Habitação, já que era muito difícil gerir o parque habitacional com cerca de quatro mil fogos, pensava que poderia ser alargada também para a Habitágua essa área, nomeadamente o arranjo de fechaduras, colocação de vidros, etc., porque se incidisse a sua actuação na prevenção, a Câmara iria poupar milhares de euros. -----

-----Prosseguindo, e com as indicações do Governo para a extinção de empresas, sendo a Habitágua composta de cinquenta e um por cento de capital da Câmara e quarenta e nove por cento da Edifer, gostaria de saber se era o Governo que a extinguia, ou se eram as partes que teriam que negociar, acrescentando que um Decreto-lei poderia dizer para a Câmara vender as suas acções, mas a Edifer podia não querer comprar, de modo que gostaria de saber o que se fazia nesse sentido. -----

-----Continuando, disse que quando surgiu o parecer a dizer que não se poderia manter o contrato “In house”, falou com o Presidente da Edifer que disse que vendiam as acções, não compravam, sendo certo a Habitágua tinha dado lucros que eram divididos pelos sócios. -----

-----Na sua opinião, embora tivesse dito que no final das apresentações das empresas todas é que se fazia a avaliação conjunta, no caso da Habitágua essa avaliação teria que ser feita antes e com alguma celeridade, porque se não se puder continuar com o contrato “In house” nos



Câmara Municipal
de Oeiras

actuais moldes, não se poderão fazer os arranjos nas escolas, sendo certo que as obras das escolas não podem parar e terá que ser aberto um concurso e a Habitágua poderá concorrer, mas terá que ser tomada uma decisão, até no sentido de saber se terão que ser compradas as acções da Edifer e acrescentar outro tipo de serviços à Habitágua, nomeadamente a reparação e a prevenção do parque habitacional da Câmara, de modo que, ou com novas atribuições, ou com fusão a outras empresas, o assunto terá que ser estudado. -----

----- A **Senhora Vereadora Anabela Pedroso** disse que o Partido Socialista não punha em causa o trabalho desenvolvido, porque estava explanado na apresentação o grande esforço feito, para além da inovação incorporada, como foi o caso da alteração do uso do carro para a mota, acrescentando que ficou agradada que os inquéritos de satisfação mostrassem que as pessoas estavam satisfeitas com o trabalho, mas não era isso que o PS punha em causa, na medida em que, hoje em dia como tudo na vida as sociedades eram dinâmicas e o que eram os pressupostos de mil novecentos e noventa e quatro, não significava que fossem os mesmos em dois mil e onze. Como havia uma dinâmica que se alterava, numa altura que se falava que era preciso fundir e era preciso alterar e que era preciso repensar o Sector Empresarial Local, quando o PS afirmava que se calhar essa missão era importante, mas muito circunscrita do que era a vida dos contadores e dos arranjos das escolas, se valia a pena haver uma empresa para fazer isso, sendo isso que terá que ser discutido no momento da avaliação. -----

----- O Senhor Presidente disse que poderá ser alargado o âmbito de actuação da empresa e transformá-la numa outra coisa, incorporando isso e algo mais, mas na prática, será preciso repensar o modelo e saber se fazia ou não sentido, assumir e ter coragem para fazer algumas alterações estruturais. -----

----- O **Senhor Presidente** disse que quer se queira, quer não, terão que ser repensadas, atalhando a **Senhora Vereadora Anabela Pedroso** que agradava ao PS que se falasse sobre as empresas municipais, no entanto, verificou que no pacote em apreciação não viu, nem o SATUO,

nem a TratoLixo, de modo que gostaria de saber se existia alguma razão especial, respondendo o **Senhor Presidente** que tinha dito que se iria falar sobre as empresas municipais e participadas, portanto, quando for agendado o SATUO e a TratoLixo, certamente que se farão as respectivas apresentações. -----

-----Por último o **doutor Luís Lopes** esclareceu que quando for aprovado pela Assembleia Geral o novo Regulamento, ele será presente ao Executivo, pensando que nele já deverão estar consignados os incentivos para não perder a produtividade desejada, dentro dos termos legais impostos para as empresas do Sector Empresarial Local , para não perder o que se tentou dinamizar nos últimos anos. -----

-----Para finalizar, o **Senhor Presidente** agradeceu a apresentação feita e deu os parabéns ao Conselho de Administração e a todos os colaboradores da Habitágua. -----

5 - ENCERRAMENTO DA REUNIÃO:-----

-----Às dezanove horas e trinta minutos, o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião, da qual foi lavrada a presente acta, que vai ser por si assinada e pela Directora Municipal de Administração e Desenvolvimento Organizacional. -----

O Presidente,

A Directora Municipal,